



Memórias de guerra: os testemunhos vivos das ex-escravas sexuais de origem coreana: KIM-GIBSON, Dai Sil. *Silence Broken: Korean Comfort Women. Pakersburg: Mid-Prairie, 1999.*

Altino Silveira Silva

Luciane Munhoz de Omena

Maria Aparecida Munhoz de Omena¹

Resumo: Abordaremos a reflexão feita pela autora Kim-Gibson a partir de testemunhos orais das mulheres de origem étnica coreana, chinesa e japonesa que foram submetidas, pelo Exército Imperial Japonês, aos abusos e às explorações que culminaram por torná-las escravas sexuais. Em 1996, o relatório anexo à decisão, Radhika Coomaraswamy, então investigador da Comissão das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, concluiu que o Japão deveria assumir suas responsabilidades legais, identificar e punir os responsáveis pela escravidão sexual, indenizar as vítimas, pedir perdão formal aos sobreviventes e divulgar aos seus estudantes sobre esse ato desumano. A partir deste trabalho Kim-Gibson apresenta o referido crime de guerra, cometido durante a Segunda Guerra Mundial, regatando o passado a partir da memória e o grande percurso, na atualidade, que ainda têm de se trilhado para se cumpram às determinações da ONU.

Palavras-Chave: Mulher; Segunda Guerra Mundial; Japão; Escravidão.

Abstract: We will approach the reflection made by the author Kim-Gibson from verbal testimonials of Korean, Chinese and Japanese women who had been submitted, by the Japanese Imperial Army, to abuses and explorations that culminated in turning them into sexual slaves. In 1996, in the report attached to the decision, Radhika Coomaraswamy, investigator of the United Nations Commission of Human Rights, concluded that Japan would have to assume its legal responsibilities, to identify and punish the responsible for the sexual slavery, to indemnify the victims, to make formal excuses to the survivors and to spread to its students that inhuman act. From this work, Kim-Gibson presents the cited crime of war, committed during World War II, rescuing the past through memory and the great path, in the present time, that still has to be walked in order to follow the determinations of the UN.

Keywords: Women; World War II; Japan; Slavery

¹ Altino Silveira Silva é Bacharel em Direito (FDV), Especialista em História (UFES), Especialista em Direito Material e Processual do Trabalho (ESA-OABES/VRB) e Aluno especial no Mestrado em História (UFES). Área de pesquisa em Direito Internacional Público, História Contemporânea, Geopolítica e Geografia política. Luciane Munhoz de Omena graduou-se em História pela UFOP, o Mestrado em História Social do Trabalho realizado na Universidade de Campinas e o Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. Área de interesse em História Antiga. Maria Aparecida Munhoz de Omena graduou-se em Letras pela UNESP/SJRP, Mestrado em Literatura e Lingüística UNESP/SJRP e atualmente faz doutorado em Literatura Brasileira pela mesma instituição. Área de pesquisa as obras poéticas de José Oiticica. E-mails: lu_omena30@yahoo.com.br (Luciane); altinosilva@gmail.com (Altino) e m.omena@netsite.com.br (Maria Aparecida).

Esse trabalho insere-se em um quadro polêmico sobre o abuso de militares japoneses - no período compreendido entre 1931 a 1945 - contra mulheres coreanas, chinesas e japonesas. O nosso eixo de reflexão refere-se a um aspecto fundamental do debate que vem sendo travado: a utilização da memória como fonte documental para a história oral. Dividiremos a resenha em duas partes centrais, a saber: o quem vem a ser memória e, na segunda parte a análise realizada por Daí Sil Kim-Gibson, na obra **Silence Broken: Korean Comfort Women** - a qual utiliza a memória das escravas sexuais para a compreensão das relações de poder entre elas e os soldados.

LE GOFF (1990, p.17) relembra que a palavra “história” é uma derivação do termo, em grego antigo, *histor* significando “testemunha”, no sentido de “aquele que vê”. Logo, a história nada mais é do que saber, ver, testemunhar o passado. Assim, a memória é algo que está próximo do ofício do historiador, é uma fonte viva do passado. O reconhecimento social na Grécia Arcaica advém da capacidade de reproduzir discursos utilizando-o da própria memória. Recitando a fala de outrem, o poeta responsabiliza-se pela produção da memória na cidade. A função poética da memória produz, igualmente, no poeta, uma presentificação do passado. Daí a preocupação em relação à composição oral: a partir das transposições, os poetas passam para o seu discurso um juízo de valor de uma dada cultura e utilizam a linguagem para ser cantada ou declamada. Em Homero os poemas são considerados como compostos e cantados por *aedos* (esta palavra vem do grego *aoidós* – significa cantor) acompanhados por um instrumento de cordas, a *phórmix* (NAQUET, 2002, p. 15).

Séculos mais tarde, a memória oral passa a ter outras significações, em especial, no momento em que o orador utiliza-a como recurso. CÍCERO (1948) compara a composição da memória a uma tabuinha encerada ou a um local onde se guarda todas as coisas: “Tal qual uma tabuinha encerada, usa lugares e neles coloca imagens e letras (*De Oratore: de partitione oratione* VII, 26) ou “É a memória a guardiã de todas as coisas” (*De Oratore: de partitione oratione* I, 3). Como sugere SILVA, “o orador ou declamador mostraria a importância de seu discurso a partir do momento em que o público reconhecesse no tema tratado um eco em seus ouvidos” (2005, p. 504). O poeta atualiza-se a partir do momento em que ouve as variadas vozes ecoar no seu seio social, como também pelas imagens como sinais, desenhos, figuras, letras ou outros valores reconhecidos não só por quem os produz, mas igualmente pelo público presente. Este funcionamento é reconhecido como uma espécie de memória social ou memória coletiva.

Captar a transmissão e a conservação de valores individuais e coletivos são tentativas de unificação do comportamento humano. A memória relaciona-se a sociedade, na qual ela é

preservada, exercendo seu papel coletivo na exploração de uma identidade compartilhada entre seus membros, embora apresentem motivações e interesses distintos. Por esse motivo, o estudo da memória de um povo perpassa a sua representação em si, pois o fundamental em sua manifestação são a recepção e rejeição do memorável (CONFINO, 1997, p. 1390).

A memória é a representação em si de determinada cultura. Assim, como podemos pensá-la na sociedade contemporânea? Podemos compreender, primeiramente, como contraposição às epopéias na Antigüidade que se referem à época homérica (PRINS, 1992). Diferentemente da homérica, a memória contemporânea é composta por um imenso portal de desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. É, justamente, essa aceleração um dos pontos de diferenciação com o mundo antigo: neste a tradição oral transmitida em forma narrativa e épica pela memória é valorizada e, por isso, responsável pela transmissão do conhecimento; enquanto, nas sociedades contemporâneas muda-se o foco de relevância: passa a ser o trabalho.

A memória passa a ser o ofício de velhos. Perdem a força de trabalho e, por isso, deixam de ser produtores e reprodutores. São tutelados como um menor (BOSI, 1994). Restam apenas as lembranças de suas vidas, suas experiências laborais, seus divertimentos, seus momentos vividos e também como observadores dos momentos políticos, dos conflitos sociais, de ontem e hoje. Relegados a um canto da casa ou em asilos, permanecem com suas lembranças sem poder compartilhá-las.

A narrativa da vida de um indivíduo é o testemunho mais eloqüente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a sua memória. Qual a função, então, da memória? Não reconstrói o tempo, não o anula tampouco. Lança-se uma ponte entre o passado e o presente. No caso da política, alerta BOSI (1994), os juízos de valor intervêm com mais insistência na memória. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica “neutra”. Quer também julgar, marcar sua posição naquele momento da história e reafirmar sua posição ou matizando-a.

Dentro desse aspecto político, o estudo acadêmico nos países do Extremo Oriente sobre os crimes de guerra cometido no cenário do Pacífico durante a Segunda Guerra Mundial é um debate altamente politizado e por vezes esse assunto produz passeatas públicas e embates diplomáticos entre China, Taiwan e Coréias contra o Japão.

Em 1991, três ex-escravas sexuais de origem étnica sul-coreana impetraram uma ação na Corte Distrital de Justiça de Tokyo requerendo um pedido de desculpas e uma compensação financeira do governo japonês para reparar os danos físicos e morais sofridos durante o cativeiro e a exploração de seus corpos para satisfazer os desejos carniais dos militares do Exército Imperial Japonês, durante a Segunda Guerra Mundial. Numa entrevista à

Nippon Hôsho Kyôkai (NHK), em 28 de novembro de 1991, a rede rádio-televisiva governamental japonesa, uma das querelantes, de nome Kim Hak-sun, comenta seu interesse em processar o governo japonês: reparar os sofrimentos físicos, da época da guerra e psicológicos, passados ao longo de toda a sua vida. Além do desejo pessoal de mostrar para a juventude coreana e japonesa os males cometidos pelo Japão no passado. Desde a entrevista de Kim Hak-sun outras ex-escravas sexuais de origem étnica coreana, chinesa e japonesa quebraram o silêncio e contaram suas histórias traumáticas. Os testemunhos vieram a inspirar uma série de historiadores na produção de pesquisas ligadas ao tema, a saber: Abe Kôki, Chunghee Sarah Soh, Dai Sil Kin-Gibson, George Hicks, Kurahashi Masanao, Nishino Rimiko, Suzuki Yûko, Yoshimi Yoshiaki, Yun Myong-suk, e entre outros. Inspirou também romancistas tais como Nora Okja Keller (2000) com a ficção literária *Comfort Women: a novel*, a qual ganhou o prêmio American Book Award por ela.

A obra *Silence Broken: Korean Comfort Women* é composta pela introdução, oito capítulos e o epílogo. Quatro destes capítulos são os registros dos pronunciamentos de ex-escravas sexuais relembrando suas vidas naquela época e os outros quatro restantes são os resultados das reflexões da autora, baseados nos diversos testemunhos orais colhidos em conjunto com a historiografia especializada.

A inserção de Kim-Gibson teve seu início em 1992, quando é contactada por um grupo coreano-americano de Washington D.C, ao servir de tradutora para Hwang Keum Ju. Essa senhora coreana, de seus 70 anos de idade, contaria num programa televisivo sua história como escrava sexual do exército imperial japonês. A partir deste evento a autora confidencia que se apaixonou pelo assunto. No início tinha o propósito de produzir um documentário visual. Viaja rumo à China, ao Japão, à Taiwan e à Coreia do Sul com a finalidade de entrevistar ex-escravas sexuais, soldados japoneses aposentados e outras testemunhas. Então, a partir do entrosamento com o tema surge uma nova oportunidade, qual seja: escrever o presente livro.

A autora surpreende ainda no título da obra, afinal a sua tradução é “Silêncio quebrado”. A expressão lacônica transmite um apelo que evoca uma forte sensibilização do leitor para com as mulheres as quais sofreram violências e abusos na juventude e devido ao medo de serem discriminadas pelos vizinhos, amigos e famílias de seus maridos, mantiveram os seus gritos de revolta e sofrimento psicológicos mudos por décadas a fio.

O termo para “escravas sexuais dos militares” em japonês é *gunyô seidorei* e “prostitutas licenciadas” são *geigi* e *shôgi*, porém a expressão mais comumente utilizada pelos militares japoneses para designar essas mulheres são *jûgun ianfu* ou, simplesmente, *ianfu*.

Essa expressão em inglês usualmente é traduzida pela historiografia como *military comfort women* e possui um sentido mais fiel com o termo original. Porém, *ianfu* é um eufemismo que esconde a verdadeira situação as quais muitas mulheres foram forçadas a se sujeitarem – a prostituição e o cárcere.

Kim-Gibson (1999) providência ao leitor brasileiro uma percepção que vai além da tradicionalmente consolidada em suas mentes. No Brasil pensamos o início da Segunda Guerra Mundial a partir do bombardeamento japonês a Pearl Harbor, em 1941, ou quando os alemães invadiram, juntamente com os seus aliados soviéticos, a Polônia, em 1939. Entretanto, para os asiáticos a guerra tem início com a invasão japonesa da Manchúria, em 1931, por considerar esse evento os primeiros passos tomados pelos japoneses para a ocupação militar do Extremo-orient.

O tema explorado em *Silence Broken* possui particularidades que faz a adoção dos métodos da história oral e da memória serem obrigatórios. Neste sentido, Kim-Gibson formula a seguinte hipótese:

If Japan destroyed most of the relevant documents immediately after the war and continues to lock away whatever was spared in order to hide the sexual slavery, the Allied Forces, especially the United States, did little to seek justice for Asian atrocities committed by Japan (KIM-GIBSON, 1999, p. 07).

Para, logo em seguida, relembrar um caso específico:

Only the Dutch held trials about interned Dutch women forced to become sex slaves for the Japanese soldiers. Held in Batavia, known as Jakarta then, Dutch womens's cases were prosecuted and the offenders sentenced. However, notoriously missing was any discussion of Indonesian comfortwomen (KIM-GIBSON, 1999, p. 07).

A hipótese da Kim-Gibson (1999) é partilhada por diversos outros autores e justifica a importância das “vovós”, apelido afetivo a qual faz uso quando se dirigem as ex-escravas sexuais entrevistadas, como testemunhas oculares de um crime. Todavia a autora omite neste momento o pronunciamento das Organizações das Nações Unidas (ONU), em 06 de fevereiro de 1996, a qual condena o Japão por ter forçado dez mil mulheres a servirem como escravas sexuais para as tropas imperiais, durante a Segunda Guerra Mundial. No relatório anexo à decisão do investigador especial sobre Violência contra a Mulher, da Comissão dos Direitos Humanos da ONU, Radhika Coomaraswamy, conclui que o governo japonês deveria assumir suas responsabilidades legais, identificar e punir os responsáveis pela escravidão sexual, indenizar as vítimas, pedir perdão formal aos sobreviventes e divulgar aos seus estudantes sobre esse ato desumano. Apesar da sua omissão ao dispositivo da ONU, Kim-Gibson mostra no seu texto o grande percurso ainda a ser trilhado para que sejam cumpridas as

determinações da ONU.

Apesar de algumas ausências sobre o contexto cultural coreano dirigido ao gênero feminino e as conseqüentes práticas e valores sociais o livro deveria ser adquirido pelas bibliotecas de instituições superiores, cujas áreas de estudo sejam a Segunda Guerra Mundial e as Relações Internacionais de Direito Público, por ser uma análise séria sobre um tema polêmico no âmbito político dos países do Extremo-orient e ao mesmo tempo praticamente desconhecido entre os brasileiros.

A leitura de *Silence Broken: Korean Comfort Women*, facilitada por estar em inglês, irá servir aos estudiosos e interessados da área uma apresentação do embate político de âmbito internacional em suas dimensões individuais, uma vez que usa como fonte principal os testemunhos orais de ex-escravas sexuais que serviram seus corpos ao Exército Imperial do Japão e acrescentará algumas problematizações sobre a Segunda Guerra Mundial e as relações diplomáticas entre o Japão com a China, Taiwan e Coréias desde a Guerra Fria até a contemporaneidade.

Referências

- BOSI, Eclésia. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CICÉRON. *De oratore: de partitione oratione*. Transl. By H. Rackham, William Heinemann. Cambridge: Harvad University Press, 1948.
- CONFINO, A. Collective Memory and Cultural History: problems of method. *The American Historical Review*, vol. 102, n 5, December, 1997, pp. 1386/1403.
- HICKS, George. *The Comfort Women: Japan's brutal regime of enforced prostitution in the Second World War*. New York: W. W. Norton & Company, 1997.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- NAQUET, Pierre Vidal. *O mundo de Homero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- NISHINO, Rumiko. *Jûgun ianfu: moto heishitachi no shôgen*. Tokyo: Asashi shoten, 1992.
- "Nyûsu 21", em 28 de novembro de 1991. (YOSHIMI, 2000:33)
- PRINS, G. História Oral. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, pp. 163/198.
- SILVA, R. M. S.. Memória e discurso em Apuleio. In: LESSA, F. de Souza & BUSTAMANTE, Regina M. da C.. *Memória e Festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SOH, Chunghee Sarah. From Imperial Gifts to Sex Slaves: Theorizing Symbolic Representations of the 'Comfort Women'. *Social Science Japan Journal*, vol. 03, n. 01, abril, 2000. pp. 59-76.

YOSHIMI, Yoshiaki. *Comfort Women: Sexual Slavery in the Japanese Military During World War II*. New York: Columbia University press, 2000.